



COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

APLICAÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE INTELIGÊNCIA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

GILMAR GRUDKA

BRASÍLIA / DF
2006

GILMAR GRUDKA

APLICAÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE INTELIGÊNCIA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

ORIENTADOR: PROF^o. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS

Monografia apresentada
por ocasião da conclusão
do Curso de Especialização
em Inteligência Estratégica

BRASÍLIA / DF
2006

“Nada é mais iminente que o impossível. E o que é sempre necessário prever é o imprevisto”.

Victor Hugo

SUMÁRIO

SIGLAS, SÍMBOLOS E ABREVIACÕES.....	ii
1. INTRODUÇÃO.....	7
2. ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL.....	9
2.1. Resumo histórico.....	9
2.2. A democracia e os anos 90.....	10
3. ESTRUTURA ATUAL DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL.....	12
3.1. Agência Brasileira de Inteligência.....	12
3.1.1. Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento.....	15
3.1.2. Inteligência.....	16
3.1.3. Contra-Inteligência.....	17
3.2. Sistema Brasileiro de Inteligência.....	18
3.3. Controle da Atividade de Inteligência.....	19
4. INVESTIGAÇÃO SOCIAL.....	21
4.1. Aspectos gerais.....	21
4.2. Conceito.....	23
4.3. Doutrina.....	23
4.4. Características e Necessidades.....	25
4.4.1. Instrução Normativa nº. 001/2004 – DGP/DPF, de 18/03/2004.....	29
4.5. Jurisprudência.....	32
4.6. Procedimentos.....	36
5. CONCLUSÃO.....	40
BIBLIOGRAFIA.....	44

SIGLAS, SÍMBOLOS E ABREVIACÕES

1. **CDN** - Conselho de Defesa Nacional ;
2. **SFICI** - Serviço Federal de Informações e Contra-Informações;
3. **SNI** - Serviço Nacional de Informações;
4. **SISNI** - Sistema Nacional de Informações;
5. **DI** - Departamento de Inteligência;
6. **SAE** - Secretaria de Assuntos Estratégicos;
7. **SISBIN** - Sistema Brasileiro de Inteligência;
8. **ABIN** - Agência Brasileira de Inteligência;
9. **PNPC** - Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento;
10. **CREDEN** - Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional;
11. **DPF** - Departamento de Polícia Federal;
12. **OMD** – Observação, Memorização e Descrição;
13. **ANP** - Academia Nacional de Polícia;
14. **FIC** - Ficha de Informações Confidenciais;
15. **CF** - Constituição Federal;
16. **IN** – Instrução Normativa;
17. **DGP** – Diretoria de Gestão de Pessoal;
18. **DPRF** – Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
19. **SIPOL** - Sistema Integrado de Informações Policiais;
20. **DELOPS** – Delegacia de Ordem e Política Social;
21. **DPRE** – Distrito de Policiamento Rodoviário Estadual;

- 22. DELEFAZ** – Delegacia de Polícia Fazendária;
- 23. DELEMAF** – Delegacia de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras;
- 24. AGEPOLJUS** – Associação Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal;
- 25. AJUFE** – Associação dos Juízes Federais do Brasil;
- 26. AMB** – Associação dos Magistrados Brasileiros;
- 27. ANAMATRA** – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

CAPÍTULO 1

1. INTRODUÇÃO

O tema Inteligência é grandemente discutido e analisado nos países mais desenvolvidos, tanto nos meios acadêmicos como nos círculos de defesa nacional ou segurança pública. Esta atividade é tão importante que atravessa a História desde o Egito antigo até a atualidade, aparecendo sempre, concomitantemente com o poderio militar, como um instrumento fundamental de poder.

Percebe-se, então, por não termos em nosso meio sócio-cultural, o emprego da atividade de Inteligência em nosso dia-a-dia, tanto nas escolas, empresas privadas, instituições públicas, leva-nos a termos conceitos e preconceitos diversos dessa atividade, diferentemente do que ocorre em outros países, onde os serviços de Inteligência são aceitos e até reconhecidos como fundamentais para a democracia de países como Estados Unidos, Inglaterra e Israel.

No Brasil, devido às deformações sofridas ao longo do regime militar e à falta de estudos e discussões sérias sobre os seus reais objetivos, a Inteligência ficou marcada negativamente como uma atividade empregada apenas no meio militar e policial, voltada para intrigas e perseguições de adversários políticos do regime, e que colocava em um plano inferior os interesses do Estado e da sociedade.

Atualmente, a atividade de Inteligência envolve diversas áreas, que vão da Inteligência Militar, passando pela Inteligência Policial, Inteligência Estratégica, Inteligência Financeira, e chegando à Inteligência Competitiva ou Empresarial.

Não podemos esquecer que para o exercício dessa atividade, é primordial, em um Estado democrático, estabelecer rígido controle interno e externo, principalmente nas áreas que envolvem a atuação estatal – direta ou indiretamente. Por meio da fiscalização e do controle, busca-se assegurar que os órgãos/instituições atuem de acordo com as leis,

princípios e segundo a efetiva conveniência em relação a um interesse completo. Essa finalidade do *controle* é completamente aplicável à atividade de Inteligência.

Portanto, com o intuito de desmistificar a atividade de Inteligência e definir a aplicabilidade de uma metodologia de Inteligência nas instituições públicas e, em especial, no Poder Judiciário Federal, onde essa atividade é ainda incipiente, o autor demonstrará neste trabalho por meio de conceitos, princípios, legitimidade, controle e aplicação o quão se faz necessário ter na esfera do Judiciário Federal um serviço de Inteligência eficiente, eficaz, legítimo, isento de preconceitos e desconfianças.

E, mais especificamente no capítulo 4, abordará a necessidade de se empregar mecanismos utilizados na Investigação Social ao processo seletivo de candidatos para o ingresso nos quadros de pessoal do Poder Judiciário e, também, àqueles que exerçam alguma atividade de trabalho nesse Poder, objetivando selecionar pessoas que possuam características necessárias e indispensáveis para desempenhar as atividades que o cargo ou função pretendida requer.

CAPÍTULO 2

2. ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL

2.1. RESUMO HISTÓRICO

A história da atividade de Inteligência no Brasil teve início, para alguns estudiosos, em 1927, quando foi criado o Conselho de Defesa Nacional - CDN, órgão subordinado diretamente ao Presidente da República, com objetivo de acompanhar, de modo interdisciplinar, as importantes evoluções conjunturais e avaliar as suas conseqüências para a tranqüilidade nacional e a preservação dos interesses do Estado brasileiro.

O CDN teria sido criado pelo receio do crescimento do Movimento Comunista Internacional, e após o Levante¹ de 1922, do movimento em São Paulo², em 1924, e a Coluna Prestes³ em 1925/27.

Alguns outros estudiosos estipulam 1946 como marco inicial da Inteligência no País onde surgiu nesta época o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações – SFICI. Mas somente em 1958, após doze anos, que este órgão realmente entrou em plena atividade, com finalidade específica para o seu exercício, atendendo às necessidades definidas por um planejamento estratégico superior. Desse modo, iniciava-se um novo ciclo da atividade de Informações no Brasil.

O Brasil, no início da década de 1960, apresentou um cenário interno bastante conturbado, gerando manifestações de segmentos da sociedade. O quadro evoluiu para uma intervenção militar no processo político nacional, a partir de março 1964.

A análise global das causas que propiciaram significativa perturbação nas áreas política, econômica, social e militar, permitiu observações que indicavam a necessidade de

¹ Levante militar deflagrado no Rio de Janeiro contra o governo de Epitácio Pessoa.

² Levante militar na cidade de São Paulo contra as oligarquias que comandavam o país.

³ Prestes assume a chefia do estado-maior e torna-se o líder das forças rebeldes.

uma nova concepção para a estrutura encarregada das atividades de Informações e de Contra-Informações, uma vez que o organismo vigente – o SFICI – carecia de instrumentos mais eficazes que proporcionassem a antevisão objetiva do quadro que se configurou. Na ocasião, foi extinto o SFICI e criado o Serviço Nacional de Informações – SNI.

O SNI, subordinado diretamente à Presidência da República, tinha a finalidade de superintender e coordenar as atividades de informação e contra-informação, com ampla liberdade para articular-se com todos os órgãos das estruturas federal e estadual de governo.

A criação do SNI, em junho de 1964, poucos dias após a tomada do poder pelos militares, marcou o início de um período específico e autoritário. Tornou-se um órgão governamental poderoso, autônomo e sem praticamente nenhum controle sobre suas atividades.

Em 1970, foi criado o Sistema Nacional de Informações – SISNI, integrado por todos os órgãos de Informações dos ministérios civis e militares. O SNI era o órgão central desse sistema. Esse Sistema alcançou notável capacidade de influência sobre a condução das políticas públicas brasileiras. Foi decisivo na repressão à guerrilha urbana e rural que tentou se articular no Brasil entre 1968 e 1972. E exerceu significativo controle sobre a vida do cidadão comum por intermédio de registros cadastrais individuais.

A partir de 1979, procurou-se ajustar as estruturas de Informações aos novos tempos, haja vista o processo de redemocratização em andamento. Os governos da época buscaram alternativas no sentido de reposicionar a atividade de Informações em seu correto espaço e devido limite.

2.2. A DEMOCRACIA E OS ANOS 90

O período entre 1979 – 1985 ficou caracterizado como elo de transição para a abertura democrática. Aconteceram, entre outras manifestações liberais, a anistia política, o fim da censura e as eleições diretas para Presidente da República. No tocante às atividades de Informações, buscou-se ajustar a estrutura vigente aos novos tempos constitucionais, sob a égide da plenitude democrática. Foram, para tanto, efetivados diversos eventos doutrinários,

oportunidades em que novos conceitos e procedimentos vieram a ser concebidos para a prática das ações de Informações.

O processo de redemocratização do Brasil e o surgimento de nova Constituição, onde os direitos e garantias individuais ganharam força, fizeram com que práticas usualmente empregadas na primeira fase do SNI fossem reenquadradas, ou, em alguns casos, coibidas.

No início da década de 90, no então Governo Collor, com a criação do Departamento de Inteligência – DI, atrelado à Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE, que absorveu as atribuições do extinto SNI, preservando assim, o exercício perene da atividade, não impediu, que setores importantes da sociedade, em especial a imprensa, continuassem a ver o novo órgão como um instrumento de repressão política ou mesmo de uma entidade ligada à perseguição dos cidadãos e de quase nenhuma utilidade para o País.

Cabe ressaltar que foi a partir dessa época que o vocábulo *Inteligência*, derivado da expressão inglesa *Intelligence*, surgiu em substituição da terminologia *Informações*, mas ainda sem definição apropriada no quadro legal brasileiro.

Somente no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso é que a atividade de Inteligência passa a ter visão mais democrática e mais bem definida na legislação brasileira balizada em novos valores, princípios e doutrina.

Surge então com a Lei nº. 9.883 em 07 de dezembro de 1999 o Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN e a criação da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, cuja existência proporciona ao Estado brasileiro institucionalizar a atividade de Inteligência, mediante ações de coordenação do fluxo de informações necessárias às decisões de Governo, no que diz respeito ao aproveitamento de oportunidades, avaliação das ameaças reais ou potenciais, para os mais altos interesses da sociedade e do País.

No próximo capítulo, comentar-se-á um pouco desse organismo, sua existência, das atribuições, dos objetivos, dos princípios e valores e o controle interno e externo que norteiam suas atividades que vem persistindo desde a sua criação até os dias atuais.

CAPÍTULO 3

3. ESTRUTURA ATUAL DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO BRASIL

3.1. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

Com a instituição da Lei nº. 9883, de 7/12/1999, a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN ficou assim definida no seu artigo 3º. como:

“Art. 3º. – Fica criada a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, órgão de assessoramento direto ao Presidente da República, que, na posição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, terá a seu cargo planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência do País, obedecidas a política e as diretrizes superiormente traçadas nos termos desta Lei.

Parágrafo único – As atividades de Inteligência serão desenvolvidas, no que se refere aos limites de sua extensão e ao uso de técnicas e meio sigilosos, com irrestrita observância dos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado.”

No parágrafo único da referida Lei percebe-se que existe uma total consonância com o respeito ao cidadão, vinculada aos objetivos e aos princípios constitucionais, em especial no tocante à defesa das instituições democráticas, à segurança da sociedade e do Estado e à salvaguarda dos segredos e dos demais componentes do patrimônio do País.

Estabeleceu, ainda, como sendo atribuições da ABIN:

“Art. 4º. – À ABIN, além do que lhe prescreve o artigo anterior, compete:

I – planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República;

II – planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis⁴, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade;

III – avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem constitucional;

IV – promover o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de inteligência, e realizar estudos e pesquisas para o exercício e aprimoramento da atividade.”

A ABIN foi criada, então, com a finalidade de assessorar o Presidente da República nas questões de interesse do Estado e da sociedade. Para isto, deve apoiar suas atividades na produção de conhecimentos estratégicos sobre ameaças reais e potenciais, internas e externas, para o planejamento, a execução e o acompanhamento da ação

⁴ Conhecimentos sensíveis são aqueles que permitem ao Estado brasileiro melhor inserção no contexto internacional e, conseqüentemente, revertem em favor da sociedade brasileira.

governamental, com vistas à defesa do Estado e da sociedade e na proteção de assuntos sigilosos relativos aos interesses destes.

A organização da ABIN foi idealizada buscando-se atender às necessidades atuais, quando se requer de um órgão de Inteligência a agilidade na obtenção do conhecimento. Buscou-se horizontalizar ao máximo sua estrutura, organizando-a em equipes multifuncionais e intercambiáveis, em detrimento da especialização e, ainda, procurando-se obter uma maior interação entre os diversos departamentos.

Outra tendência no desenvolvimento de suas atividades é a utilização de consultorias particulares para a análise de temas complexos que exigem maior especialização. Assim, empresas privadas, universidades, órgãos governamentais e não-governamentais podem vir a contribuir na produção do conhecimento de determinado assunto, por meio de consultorias.

Além dessas consultorias particulares, a ABIN tem em sua estrutura, a qual é composta de uma sede, localizada em Brasília/DF e de 27 Superintendências Estaduais, uma Escola de Inteligência, sediada em Brasília. De seus cursos constam assuntos como: Fundamentos da Atividade de Inteligência, Produção de Conhecimentos, Contra-Inteligência, Ciência Política, Relações Internacionais, Direito, Psicologia, Comunicação, Sociologia, Administração, Informática, Idiomas, Protocolo e Etiqueta. Durante a formação, os alunos são observados de forma a se detectar a área para a qual tenham mais aptidão.

O profissional de Inteligência ocupa uma faixa bem eclética de formação, como demonstrado acima. A sua área de atuação torna-se bastante abrangente, o que possibilita a Agência obter informações e análises de seus especialistas de toda ordem possível.

Ao mesmo tempo em que a ABIN promove treinamento de aspectos técnicos, ela também se preocupa com o conjunto de valores que determina atitudes e padrões de comportamento aos seus futuros agentes, entre eles:

⇒ Lealdade à Nação e ao Estado;

⇒ Sentimento de servir à causa pública;

- ⇒ Consciência de que o exercício da Inteligência é impessoal e apartidário;
- ⇒ Fidelidade à instituição a que pertence e consciência de que os fins desta prevalecem sobre os interesses pessoais;
- ⇒ O comprometimento com os valores éticos e morais da Agência deve ser assumido por todos os seus componentes, dentro e fora da organização.

3.1.1. Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento

Visando a proteção de conhecimentos sensíveis, bem como a realização de serviços essenciais para o desenvolvimento sócio-econômico do País, a ABIN elaborou e vem implantando o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento – PNP.

O Brasil, considerado um país emergente, detentor de conhecimentos em áreas estratégicas como – aeroespacial, biotecnologia, nuclear, novos materiais e de tecnologia da informação e acrescido de uma rica biodiversidade – torna-o um alvo potencial para incursões como a espionagem e a biopirataria.

Para tanto, a ABIN vem implementando parcerias com instituições nacionais, públicas e privadas, que lidem ou tenham sob sua custódia conhecimentos sensíveis do ponto de vista estratégico, para que adotem medidas de segurança capazes de proteger adequadamente esses conhecimentos.

O PNP busca, ainda: contribuir para desenvolver e manter uma mentalidade de segurança, de forma a salvaguardar os assuntos sigilosos de interesse do Estado e da sociedade brasileira; sensibilizar e esclarecer os setores governamental e privado acerca das ameaças representadas pela espionagem internacional, assim como suas técnicas, mecanismos e instrumentos; apresentar alguns cuidados básicos de proteção, como forma de se contrapor às ações de espionagem; e contribuir para a criação e o aperfeiçoamento de um sistema destinado à proteção de conhecimentos sigilosos.

3.1.2. Inteligência

A ABIN atua em duas vertentes. A primeira denominada de Inteligência a qual caracteriza-se pela necessidade de informação, conhecimentos - definida pela Agência como: *Produção de conhecimentos sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência no processo decisório e na ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.*

Quanto ao Decreto nº. 4.376, de 13 de setembro de 2002, em seu art. 2º define a Inteligência da seguinte forma:

“Art. 2º - “atividade de obtenção e análise de dados e informações e de produção e difusão de conhecimentos, dentro e fora do território nacional, relativos a fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental, a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.”

Outros conceitos podem ser encontrados em diversas obras e autores, mas para um entendimento mais claro, conciso e didático temos o seguinte conceito: *É a atividade especializada, permanentemente exercida, com o objetivo de produzir conhecimentos de interesse da instituição/organização, subsidiando-as na tomada de decisões.*⁵

3.1.3. Contra-Inteligência

Esta outra vertente caracteriza-se pela necessidade de proteção. A ABIN define como: *Adoção de medidas que protejam os assuntos sigilosos relevantes para o Estado e a sociedade e que obstaculizem ações de Inteligência executadas em benefício de interesses estrangeiros.*

⁵ Definição apresentada pela Prospect Intelligence – empresa integrada por um grupo de consultores, especialistas na Atividade, originários de OI, todos com larga experiência nos setores públicos e privados. Seu atual Diretor é o Profº. Drº. Cel. Marco Antônio dos Santos.

No artigo 3º do supracitado Decreto, a Contra-Inteligência é assim definida:

“Art. 3º. – Entende-se como contra-inteligência a atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a inteligência adversa e ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda de dados, informações e conhecimento de interesse da segurança da sociedade e do Estado, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou em que transitem. “

Podemos definir ainda como: *É a atividade permanente de assessoramento do tomador de decisão, voltada para a proteção de toda a instituição/organização contra ações adversas de quaisquer natureza.*⁶

3.2. SISTEMA BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA

Foi criado também pela Lei nº. 9.883 de 7/12/1999 onde em seu artigo 1º fica estabelecido a finalidade do SISBIN como sendo:

“Art. 1º. – Fica instituído o Sistema Brasileiro de Inteligência, que integra as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional.

⁶ Definição apresentada pela Prospect Intelligence – empresa integrada por um grupo de consultores, especialistas na Atividade, originários de OI, todos com larga experiência nos setores públicos e privados. Seu atual Diretor é o Profº. Drº. Cel. Marco Antônio dos Santos.

A citada Lei também estabelece em seu parágrafo 1º do artigo 1º os fundamentos da atuação do SISBIN, os quais reafirmam preceitos basilares do texto constitucional:

“§ 1º O Sistema Brasileiro de Inteligência tem como fundamentos a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana, devendo ainda cumprir e preservar os direitos e garantias individuais e demais dispositivos da Constituição Federal, os tratados, convenções, acordos e ajustes internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte ou signatário, e a legislação ordinária.”

Destaca, portanto, a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana. Tais princípios são as linhas mestras que norteiam os atos praticados pelos agentes do Estado no exercício da atividade de Inteligência.

O Sistema foi idealizado como uma organização em que o núcleo central é formado pela ABIN, pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CREDEN, pelo Ministério da Defesa e pelos Centros de Inteligência Militar. A partir deste núcleo, os demais órgãos e instituições do Governo Central integrar-se-ão ao SISBIN, conforme previsto no parágrafo 2º do artigo 2º da referida lei que diz o seguinte:

“§ 2º Mediante ajustes específicos e convênios, ouvido o competente órgão de controle externo da atividade de inteligência, as Unidades da Federação poderão compor o

Sistema Brasileiro de Inteligência.”

Portanto, o SISBIN tem abrangência nacional, composto de entidades públicas federais e, mediante convênios, de instituições, entidades públicas estaduais e municipais que produzam conhecimentos relacionados com a missão da ABIN, a qual tem como objetivo estratégico, consolidar-se como órgão central do SISBIN.

3.3. CONTROLE DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

A atividade de Inteligência ocupa papel de destaque na defesa do Estado e da sociedade nas atuais democracias. Um aspecto essencial para que os serviços de Inteligência operem em consonância com os princípios democráticos é que esses serviços e suas atividades estejam submetidos a mecanismos de fiscalização e controle, tanto internos quanto externos.

A Lei nº. 9.883 no seu artigo 6º prevê o controle e fiscalização externos do exercício da atividade de Inteligência pelo Poder Legislativo, na forma a ser estabelecida em ato do Congresso Nacional, por intermédio de uma comissão integrada pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como pelos presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional daquelas Casas Legislativas.

Outra forma de controle externo, embora não prevista na lei de sua criação, dar-se-á sobre a gestão dos recursos orçamentários a ela destinados, pelo Tribunal de Contas da União.

Existe, também, o controle interno das atividades da Agência. Será feito, no âmbito do Poder Executivo, pela supervisão da execução da Política Nacional de Inteligência, a cargo da CREDEN, e da gestão dos mesmos recursos, pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República.

Os benefícios que a sociedade de um modo geral pode ter com um rígido controle e fiscalização das atividades de Inteligência, uma vez que essas atividades são imprescindíveis para a preservação do Estado Democrático de Direito, da sociedade, da soberania e dos interesses nacionais, podem ser definidos em quatro pontos básicos a seguir:

- ⇒ Na atividade de Inteligência há sempre o risco de que se cometam abusos e arbitrariedades. Assim, a fiscalização parlamentar visa prevenir e coibir tais ações;
- ⇒ O controle por parte do Poder Legislativo é fundamental para que o Poder Executivo não extrapole em suas competências e se utilize dos órgãos de Inteligência para fins político-eleitorais ou até partidários. Inteligência é uma atividade de Estado e não de Governo;
- ⇒ Outro ponto positivo é que são os parlamentares, legítimos representantes do povo, que votam e autorizam o orçamento para os serviços de Inteligência, permitindo-os a fiscalizar se os recursos foram empregados de maneira apropriada;
- ⇒ E, finalmente, o Poder Legislativo, em defesa de seus representados, tem a obrigação de verificar se os direitos humanos e as garantias individuais são respeitados pelo Estado e, mais especificamente, pelos serviços de Inteligência em suas operações.

CAPÍTULO 4

4. INVESTIGAÇÃO SOCIAL

4.1. ASPECTOS GERAIS

O assunto abordado neste capítulo é de conhecimento profundo nos meios policiais. Tanto que o autor reserva boa parte da atenção quanto aos procedimentos e experiências adotados por essas instituições, principalmente em uma das mais nobres e respeitadas polícias que atuam em todo o Brasil e exterior, o Departamento de Polícia Federal - DPF. Essa intitulação deve-se à profissionalização da Instituição - DPF por meio de um rigoroso processo seletivo, requerendo um nível cultural e de capacitação mais avançado, nos moldes das melhores e mais respeitadas polícias do mundo.

Para os que pretendem ingressar nos quadros de carreira do DPF, é estabelecido, entre outras exigências, uma conduta perante a sociedade livre de desabonos, atestada pelo instituto da *Investigação Social*. A questão legal da *Investigação Social*, será abordada no transcorrer deste capítulo, visando possibilitar um entendimento maior sobre o assunto.

Cabe ressaltar que a idéia principal do tema aqui abordado, é demonstrar por analogia que a aplicação da *Investigação Social* não deve restringir-se somente nas instituições policiais, mas inserir-se em todos os níveis do setor público.

Importante seria que para a investidura em qualquer cargo público, seja nas esferas do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário, se procedesse de uma *Investigação Social* minuciosa como a que é adotada no Departamento de Polícia Federal.

Conveniente seria, neste momento, falar um pouco dos cargos públicos em que não poderia deixar de se proceder a uma *Investigação Social*. Esse cargo é o dos ocupantes de

carreiras políticas tais como: Presidente, Senadores, Deputados, Governadores, Prefeitos, Vereadores, etc.

São pessoas que dirigem o País ou legislam sobre todos os aspectos de interação do cidadão dentro do contexto de um Estado. Mas que nunca foi cogitado se fazer um levantamento sobre seu passado. Nunca uma candidatura foi precedida de uma ampla Investigação Social.

O que se sabe é que já ocorreram vários fatos lamentáveis para nosso País, ocasionados por integrantes desses cargos, tanto a nível nacional como internacional, sem que se tenha pensado ao menos em adotar a hipótese de um levantamento social do passado do candidato em razão de sua candidatura. Apesar de que muito se sabe do comportamento reprovável de alguns em sites da internet e até mesmo na Justiça Eleitoral, mostrando o envolvimento em processos e escândalos, mas nada que impeça a sua inscrição para ocupação do cargo público pleiteado.

Apesar do processo não ser extinto quando da posse do candidato e nem interrompido no curso das instâncias da Justiça, o eleito permite-se a desfrutar das benevolências a que permite o cargo - inclusive foro privilegiado. Outra questão é a morosidade da Justiça, cuja condenação somente se dá com o “trânsito em julgado”, concedendo elegibilidade ao candidato e tornando-o apto para o exercício de suas funções públicas. Enquanto isso, nós eleitores ficamos à mercê de candidatos de todo gênero possível, como pudemos ver nessas eleições de 2006.

Conforme citado no parágrafo anterior – “instâncias da *Justiça*”, é pertinente ressaltar outro Poder, o qual é o escopo deste trabalho e a motivação e interesse do autor neste assunto – o Poder Judiciário. Nele, encontra-se o mesmo problema para o ingresso nas carreiras dos quadros de pessoal. Exige-se muitos documentos, declarações e certificados, mas nenhum que ateste o candidato estar indiciado em inquérito policial ou respondendo ação penal. O pleiteante, mesmo tendo algum processo na Justiça Criminal, não se torna culpado do delito cometido até que o processo esteja “transitado em julgado”. Essa condição é prevista na Constituição Federal a qual garante ao candidato o princípio constitucional da presunção da inocência, insculpido no art. 5º, inciso LVII:

“LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.”

4.2. CONCEITO

De um modo geral, convém demonstrar que a Investigação Social nada mais é que o *exercício sistemático de ações especializadas visando a produção de conhecimento a respeito de um indivíduo, uma pessoa, um ser social destinado a assessorar a tomada de decisão de uma organização, quanto ao seu aproveitamento em cargo ou função que atenda aos objetivos, princípios e valores dessa organização.*⁷

Podemos extrair deste conceito algo semelhante com uma das fases que compõem o método para a produção do conhecimento – fase da Coleta (Busca) definida da seguinte forma: *Procura-se obter os dados e conhecimentos que permitam responder a todos os aspectos essenciais a conhecer ou que complementem os aspectos essenciais conhecidos.* Essa fase integra um dos ciclos da atividade de Inteligência.

Outro aspecto a ser comparado são os métodos de ação. Tanto a Investigação Social como a fase da Coleta (Busca) utilizam as pesquisas e/ou investigações de arquivos, banco de dados, bibliotecas, contatos, publicações, técnicas de entrevista, OMD (Observação, Memorização e Descrição).

4.3. DOUTRINA

Na doutrina brasileira, não é comum encontrar obras literárias que promovam o debate sobre o tema Investigação Social. Podemos encontrar escritos com os títulos de “Pesquisa Social”, “Investigação nas Ciências Sociais”, “Sindicância Social” dentre outros, que nada mais são senão a própria Investigação Social no sentido mais amplo.

Esses títulos não abordam somente a Investigação Social propriamente dita – o que os autores denominam de pesquisa social do indivíduo. Eles abordam diversos temas de pesquisas sociais dos quais vemos no dia-a-dia na imprensa escrita, falada e televisiva.

Podemos constatar o que foi dito acima, relatado pelos autores *João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto* em seu livro “A Investigação nas Ciências Sociais”:

⁷ Adaptação do conceito de Inteligência com aprimoramento do Profº. Marco Antônio dos Santos.

“A observação de documentos envolve procedimentos muito diversificados, desde logo porque são muito diversos também os documentos reveladores de fenômenos sociais. É impossível recensear exhaustivamente aquilo que pode constituir documento no sentido de objeto de observação capaz de fornecer elementos informativos indiretos à pesquisa em ciências sociais. Basta pensar na multiplicidade de documentos escritos: arquivos públicos e documentos oficiais (sob a forma de estatísticas ou não) centrais ou locais, de origem governamental ou administrativa; imprensa, publicidade, obras literárias; arquivos privados (de organizações ou individuais), mas sobretudo de documentos não escritos: cinema, rádio, televisão, gravações, fotografia; iconografia (pinturas, desenhos, esculturas, etc).”

Portanto, essa multiplicidade de documentos escritos e não escritos, citados pelos autores acima, permite que uma pessoa ou uma organização tenha informações diversas a seu respeito, tornando-a suscetível de pesquisas e/ou investigações pelo sujeito observador, como mostra o autor *Sedi Hirano* entre outros, em seu livro “Pesquisa Social”:

“ A observação humana, que é sempre uma adequação entre o sujeito observador e o objeto observado, apresenta características próprias em três níveis:

- 1º. O sujeito observador;*
- 2º. O objeto observado;*
- 3º. A relação sujeito-objeto.*

O observador da realidade social é um ser social, e a sua observação estará sempre condicionada pela sua localização espacial e temporal. O objeto observado – a

realidade social – não se apresenta ao observador como se apresentam os objetos das ciências naturais, isto é, com propriedades físicas, tais como espessura, tamanho, peso, força, velocidade, ou com propriedades químicas, tais como sabor, cheiro, etc. Apresenta-se através da criação, da existência e da transformação de grupos, relações, instituições, comportamentos, valores, idéias, ações individuais e coletivas, reações pessoais, etc. Essas circunstâncias particulares que cercam a realidade social condicionam o processo de sua observação. Por sua vez, a relação sujeito-objeto – a adequação da observação – além de estar condicionada pelas características de um e de outro, apresenta características próprias: seletividade e limitação.”

Diante de inúmeros documentos escritos e não escritos, o sujeito observador tende a selecionar e limitar o processo de sua observação, ou seja, cada indivíduo está condicionado à pesquisa e/ou investigação conforme as suas características e com o que se deseja observar.

Todas essas considerações abordadas até aqui, de forma conceitual e doutrinária, objetivam demonstrar a importância do recurso da pesquisa e/ou investigação no processo seletivo de pessoas para ocuparem cargos ou funções públicas de extrema relevância para o Estado, o que, infelizmente, não acontece de forma genérica.

4.4. CARACTERÍSTICAS E NECESSIDADES

Quando se fala em Investigação Social, logo se reporta aos mecanismos adotados e desenvolvidos pelo Departamento de Polícia Federal. Desde a sua criação e, após o advento da instituição de concurso público para ingressar em seus quadros – na década de 70 – que se exige a Investigação Social do Candidato e, mesmo após já efetivado na função, o policial continua sendo investigado por intermédio de setores de informação que efetuam

levantamentos principalmente a nível interno. Esse procedimento é feito no próprio ambiente de trabalho, onde são realizadas entrevistas com seu superior hierárquico que dará subsídios necessários e informações detalhadas sobre a questão comportamental e desempenho. Esse tipo de averiguação é destinada a servidores administrativos e policiais que almejam um melhor posicionamento funcional.

De certa forma, a preocupação que se tem para o ingresso nas carreiras de polícia, não é a mesma quando se fala em ingressar em determinadas carreiras exclusivas de Estado, como é o caso das carreiras do Judiciário. Após o ingresso no cargo, existe apenas uma avaliação formal de desempenho, realizada anualmente, para fins de promoção e progressão funcional. Neste momento apenas é que o Servidor tem sua conduta e comportamento analisados pelo seu superior hierárquico.

No processo seletivo para o ingresso em qualquer dos cargos de provimento efetivo das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário dar-se-á, após aprovação em concurso público, de provas ou de provas e títulos. Poderá ser incluso, como etapa de concurso público, programa de formação, de caráter eliminatório, classificatório ou eliminatório e classificatório. Não é previsto em etapa alguma do concurso, para nenhum dos cargos de provimento das carreiras do Judiciário o processo da Investigação Social.

Pode - se perceber, mais claramente, essa distinção do trato com as carreiras de Estado, citando como exemplo o Edital nº. 25/2004, que ditou as normas do último concurso para os cargos de Delegado, Perito, Agente e Escrivão da Polícia Federal.

Em seu item 1, DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, observamos no sub-item 1.4:

*“Em obediência ao inciso I, artigo 8º, do Decreto-Lei nº. 2.320, de 26 de janeiro de 1987, e de acordo com a Instrução Normativa nº. 001/2004 – DGP/DPF, de 18 de março de 2004, o candidato será submetido à **investigação social e/ou funcional**, de caráter eliminatório, no decorrer do concurso público, podendo, ainda, a critério da Administração, ser avaliado em exame antidrogas”.*

O inciso I, artigo 8º, do Decreto-Lei nº. 2.320, de 26 de janeiro de 1987, que dispõe sobre o ingresso nas categorias funcionais da carreira policial, a Instrução Normativa nº. 001, de 18 de março de 2004, que estabelece as normas de avaliação do procedimento irrepreensível e de idoneidade moral inatacável na Polícia Federal, e ainda a Instrução Normativa nº. 23, de 14 de outubro de 2003 - Anexo, que disciplina o roteiro da Investigação Social no Departamento da Polícia Rodoviária Federal são, atualmente, os dispositivos que regulamentam o processo da Investigação Social no DPF e no DPRF.

A Diretoria de Gestão de Pessoal é o setor competente dentro da Academia Nacional de Polícia – ANP para estabelecer os procedimentos da Investigação Social, com a participação imprescindível das Unidades Centrais e das Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal.

O processo da Investigação Social ou Funcional, que sempre deverá estar *discriminado no edital*, será iniciado por ocasião da inscrição no concurso público terminando na nomeação. O candidato deverá prontamente colaborar, prestando informações sobre a sua vida, não devendo omitir a verdade. Preencherá uma Ficha de Informações Confidenciais – FIC, onde será atestada por ele a veracidade de todos os dados fornecidos, sob pena de exclusão do concurso.

O detalhamento narrado acima, a respeito dos procedimentos adotados pela Polícia Federal, demonstra a seriedade com que a DPF tem com o seu corpo funcional. Toda essa preocupação também deveria existir em outros segmentos públicos, como exemplo, nas carreiras do Poder Judiciário Federal, especialmente, nos cargos de Inspetor e Agente de Segurança Judiciária e Oficial de Justiça. Os ocupantes destes cargos têm atribuições que vão desde a segurança de Membros e Servidores do Judiciário até a execução de mandados e atos processuais, funções de grande relevância para a Instituição.

Quando se leva em consideração que esses Servidores tratam com o público em geral e, no desempenho de suas funções, deparam-se com alguém que possa conhecer seu passado de conduta reprovável, não ficaria bem, nem para ele, nem para o Órgão. Principalmente para este, pois o Servidor quando em serviço, leva consigo o nome da Instituição e não apenas a sua pessoa. Daí a necessidade de se ter conhecimento a respeito de fatos desabonadores do candidato, permitindo ao Órgão ter em seus quadros pessoas que realmente tenham conduta ilibada e caráter adequado ao desempenho de cargo ou função pública.

Atualmente, para ingressar nas carreiras do Judiciário, exige-se apenas uma certidão da Justiça nas esferas civil e eleitoral. Essa regra vale também para pessoas contratadas como prestadores de serviço, cabendo à empresa do contratado responsabilizar-se pela conduta do seu pessoal. A existência de um processo contra o candidato ou prestador de serviço, este apenas constará em seu “currículo” quando o processo estiver transitado em julgado. Até então, o candidato ou prestador de serviço é considerado apto e desimpedido legalmente para o exercício da função pretendida.

Um acontecimento que vem corroborar o parágrafo anterior teve repercussão na imprensa em outubro de 2004 com a seguinte manchete: *“Homicida condenado trabalhava no Supremo Tribunal Federal”. Motorista de empresa terceirizada que servia o tribunal há 4 anos foi descoberto ao registrar acidente na delegacia.*

Tendo em vista a gravidade do fato e a pertinência quanto ao assunto em questão – Investigação Social, cabe aqui registrar a matéria completa publicada na imprensa, cujo texto é o que se segue:

“ O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve por quatro anos em seu quadro de motoristas um homem condenado por homicídio, segundo o próprio órgão. Ultimamente ele estava a serviço da assessoria do presidente do tribunal, ministro Nelson Jobim.

Jaci M. E. da Silva foi preso na manhã da última quarta-feira, em uma delegacia de Brasília, quando fazia o boletim de ocorrência de um acidente de trânsito em que se envolvera na noite anterior, após levar a secretária-geral da presidência do STF à casa dela.

O coordenador de transporte e segurança do tribunal determinou que ele fosse à 1ª. Delegacia Policial de Brasília, na Asa Sul, em razão de ter se apresentado ao trabalho na quarta-feira com o carro batido. As circunstâncias do acidente de trânsito não ficaram esclarecidas, segundo o STF.

Jaci Evangelista é funcionário de uma empresa que presta serviço ao tribunal na área de transporte. Servidores disseram que ele é uma pessoa tranqüila e discreta.

A assessoria de imprensa do STF disse que, a partir de agora, passará a ser exigido de todos os funcionários terceirizados que apresentem a certidão comprovando a inexistência de antecedentes criminais. A exigência será estendida a servidores que trabalham nas áreas de segurança, limpeza e pessoal de apoio.

Em relação ao motorista condenado, o STF inicialmente procurou confirmar se a sentença era contra ele ou se havia risco de ser contra um homônimo. Diante da confirmação, o tribunal devolveu o funcionário à empresa prestadora de serviço.

O cartório da Vara de Execuções Criminais de Brasília disse que Jaci Evangelista respondeu a um inquérito a partir de 1990 e foi condenado em 1998 pela 1ª Vara Criminal, mas que não dispunha da informação sobre o crime. Desde 2000, trabalhava no STF”. (Jornal de Brasília – Silvana de Freitas)

Conforme a matéria, conclui-se que é imprescindível uma reformulação quanto aos métodos utilizados no processo seletivo para o ingresso nos quadros funcionais do Judiciário de um modo geral, bem como para aqueles que de alguma forma tenham algum vínculo de trabalho com a Instituição.

O próprio Supremo Tribunal Federal já acenou com mudanças na forma de contratação, exigindo dos funcionários terceirizados certidão comprovando a inexistência de antecedentes criminais.

4.4.1. Instrução Normativa nº. 001/2004 – DGP/DPF, de 18/03/2004

A Investigação Social deve ser visto como aspecto positivo e legal para o processo seletivo no ingresso de determinadas carreiras, em benefício da sociedade e do

Estado e não como instrumento de intrusão, violação, que venha a ferir os direitos constitucionais do candidato previstos no art. 5º, inciso X e LVII:

“X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.”

Mas também a própria Constituição Federal - CF nos orienta em seu art. 37, item I e II:

“I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei...”

“II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei...”

Pensando dessa forma é que o DPF buscou amparo legal considerando a necessidade de estabelecer as normas disciplinadoras da avaliação da conduta do candidato previstos no Decreto-Lei nº. 2.320/87, art. 8º, inciso I:

“ART. 8 – São requisitos para a matrícula em curso de formação profissional, apurados em processo seletivo, promovido pela Academia Nacional de Polícia:

I – ter procedimento irrepreensível e idoneidade moral inatacável, avaliados segundo normas baixadas pela Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal”.

A edição, portanto, da IN nº. 001/2004 – DGP/DPF vem estabelecer as normas de avaliação do procedimento irrepreensível e de idoneidade moral inatacável dos candidatos nos processos seletivos instituídos pelo Departamento de Polícia Federal. Veremos a seguir de forma mais detalhada essa Instrução Normativa, bem como a Instrução Normativa nº. 23/2003 que instituiu o roteiro adotado por todas as unidades descentralizadas do Departamento da Polícia Rodoviária Federal - DPRF.

Em um de seus artigos, mais precisamente o art. 8º, o candidato que incorrer em um dos quesitos previstos, ficará sob a condição de exclusão do concurso público. São eles:

- a) habitualidade em descumprir obrigações legítimas;
- b) relacionamento ou exibição em público com pessoas de notórios e desabonadores antecedentes criminais;
- c) vício de embriaguez;
- d) uso de droga ilícita;
- e) prostituição;
- f) prática de ato atentatório à moral e aos bons costumes;
- g) respondendo ou indiciado em inquérito policial, envolvido como autor em termo circunstanciado de ocorrência, ou respondendo a ação penal ou procedimento administrativo-disciplinar;
- h) demissão de cargo público e destituição de cargo em comissão, no exercício da função pública, em qualquer órgão da administração direta e indireta, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, mesmo que com base em legislação especial;

- i) demissão por justa causa nos termos da legislação trabalhista;
- j) existência de registros criminais;
- k) declaração falsa ou omissão de registro relevante sobre sua vida pregressa.

Portanto, esses são os atos considerados desabonadores que definem as normas de conduta desejáveis ao Servidor Público Policial. Caso incorra em uma dessas alíneas será passível de exclusão do concurso público.

4.5. JURISPRUDÊNCIA

Podemos buscar em algumas decisões judiciais algo que venha a dar mais consistência à referida Instrução Normativa:

“A irrepreensibilidade da conduta, condições psíquicas adequadas e comportamento compatível com a função almejada, são elementos indispensáveis, cuja ausência importa na eliminação do candidato.”

(Superior Tribunal de Justiça, 2ª Turma, Relator Ministro Hélio Mosimann, DJ 03.05.1993, pg. 7779)

E:

“O ato que impediu o candidato ao concurso para a carreira policial, de passar para a terceira fase, não pode ser havido como ilegal ou arbitrário se, após pesquisa de investigação social expressa em disposição de lei e sujeita ao arbítrio de autoridade, verifica-se que o postulante não reúne

as condições necessárias para o exercício da função.” (Superior Tribunal de Justiça, 2ª. Turma, Relator Ministro Hélio Mosimann, DJ 25.5.92, pg. 7365).

Também na esteira desse entendimento, reveja-se a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em uma das decisões relatada a seguir pela Desembargadora Fátima Nancy Andrichi, então hoje Ministra do Superior Tribunal de Justiça:

“I - Não viola o princípio da legalidade estrita o edital de concurso público que prevê a fase de "investigação social e funcional", mas não prevê os critérios para sua avaliação. O critério é eminentemente subjetivo, porque depende da valoração dos fatos antecedentes e do comportamento do candidato pela banca examinadora, além de ser salutar ao exercício de cargo público e para preservar a integridade da instituição pública.

II - A avaliação da vida pregressa do candidato, mesmo sendo de natureza subjetiva, deve ser fundamentada e alicerçada em sólida prova documental, facultado ao candidato impugnar os eventos tidos como verdadeiros pela banca examinadora. Observadas as cautelas legais, não há direito líquido e certo de concursando a prosseguir nas demais fases do certame, se seus assentos funcionais registram graves transgressões disciplinares praticadas em desconformidade com a disciplina castrense.” (TJDFT, 2ª. Turma Cível, APC 37032/95, Relatora Desembargadora Nancy Andrichi, DJ 22.10.97, pg. 25.384).

E:

“Na investigação social funcional, não sendo habilitado o candidato, por responder a inquérito policial, ficando demonstrado que não preenche os requisitos do edital do certame – de conduta ilibada e idoneidade moral – age, conseqüentemente, com arrimo na lei e no âmbito de seu poder discricionário o Comandante-Geral da Policial Militar do Distrito Federal ao excluir o concorrente do curso de formação para soldados da PMDF” (TJDFT, 5a. Turma Cível, APC 41965/98, Relator Desembargador Dácio Vieira, DJ 27.8.97, pg. 19.345).

E ainda:

“I - É lícito à Administração apreciar a vida pregressa do candidato a concurso público, pois existe previsão legal nesse sentido (Lei n.º. 4.878/65, art. 9º, V)⁸, e, caso constate atos desabonadores da sua conduta, emitir juízo de valor a respeito, independentemente do resultado do processo na esfera criminal, sem que isso implique violação ao princípio da presunção da inocência, insculpido no art. 5º, LVII, da Lex Mater.” (TJDFT, 3ª Turma Cível, APC 19990110724675, Relator Desembargador Wellington Medeiros, julgado em 05/02/2001, DJ 07/03/2001, pg. 52)

Nota-se que existe a preocupação dos julgadores em preservar o interesse coletivo – sociedade - em detrimento do interesse individual, neste caso, o candidato. Considera-se o social como bem maior para preservar e proteger de ilicitudes que são acometidas as instituições públicas:

“É lícito à Administração apreciar a vida pregressa de candidato a concurso público e, observando determinadas situações não recomendadoras do ingresso no serviço público, inabilitar o concorrente. Tal exame não está condicionado a resultado de processo na esfera criminal. O que se torna indispensável é que a inabilitação se fundamente em critérios objetivos. O cargo de agente de polícia civil exige seleção rigorosa quanto à vida pregressa do candidato, exatamente para que atinja seus fins: a segurança e a paz social” (TJDFT, 2a. Turma Cível, APC 36893/95, Relator Desembargador Getúlio Moraes Oliveira, DJ 13.11.96, p. 20.670).

Essa valorosa preocupação com a coletividade, demonstrada em decisões proferidas pelos Membros do Poder Judiciário quando se trata de segurança e proteção, como visto acima, em matérias cujo conteúdo aborda o processo investigatório do candidato, consolida-se em outra jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tendo como Relatora Ministra Eliana Calmon:

“Superada a preliminar, no mérito, temos dois direitos contrapostos: o direito que tem o Presidente do TRT de exercer o poder de polícia nas dependências da Corte, sendo responsável pela segurança de todos aqueles que freqüentam as dependências da instituição e o direito dos advogados de não sofrerem constrição alguma no desempenho de suas atividades.

O exercício do poder de polícia sobrepõe-se ao direito do profissional, em nome da segurança da coletividade, haja vista a violência que impera na sociedade brasileira.” (Superior Tribunal de Justiça, 2ª. Turma, Relator Ministra Eliana Calmon, DJ 29.3.2004, pg. 177).

⁸ Dispõe sobre o Regime Jurídico peculiar aos Funcionários Policiais Cíveis da União e do Distrito Federal.

Nessa decisão nos defrontamos com o princípio da supremacia do interesse público, que diz o seguinte:

*“Esse princípio se traduz na sobreposição do interesse público sobre o privado, visando o bem-estar de toda a coletividade; está presente, pois, em vários institutos e normas do Direito Administrativo, por exemplo, no instituto da desapropriação.”*⁹ Diante de todas essas decisões judiciais e mais os dispositivos que regulamentam a Investigação Social vimos que o processo investigatório tem total respaldo jurídico, possibilitando a exclusão de pessoas que não se enquadram nos critérios estabelecidos em lei.

4.6. PROCEDIMENTOS

Com a finalidade de desvendar uma conduta reprovável do candidato e permitir que a investigação siga critérios objetivos, levando em consideração os atos desabonadores da conduta elencados anteriormente no item 4.1.1, o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, expediu a IN nº. 23/2003 na qual, em seu Anexo, estabeleceu-se uma padronização de roteiro a ser adotado pelas unidades descentralizadas da Corregedoria-Geral e da Assessoria de Inteligência do DPRF, na condução da Investigação Social.

O Roteiro de Investigação Social, já com os dados conhecidos, aqueles constantes na Ficha de Informações Confidenciais - FIC, obedecerá a seguinte ordem:

1º. PESQUISA DE ARQUIVOS:

⁹ SANTO, Leonardo Motta Espírito. Curso prático de direito administrativo, p.31.

Neste item, percebemos a concordância da doutrina com a prática, como visto anteriormente. Aqui a pesquisa aborda todo tipo de “documentos escritos” que possam identificar, qualificar ou fornecer qualquer informação sobre o passado do candidato. Bem como, arquivos que detenham o conceito do candidato quanto aos seus compromissos assumidos perante terceiros. Essas pesquisas deverão ser feitas nos seguintes locais:

a. Arquivos Criminais:

- ⇒ Instituto de Identificação dos Estados, onde o candidato reside ou residiu;
- ⇒ Instituto Nacional de Identificação;
- ⇒ Sistema Integrado de Informações Policiais – SIPOL;
- ⇒ Varas Criminais das cidades onde o candidato reside ou residiu.

b. Arquivos de Criminosos em Potencial ou de Investigação:

- ⇒ Distritos Policiais de região onde o candidato reside ou residiu, trabalha ou trabalhou;
- ⇒ Delegacias Especializadas como as de Roubos e Furtos, Defraudações, Entorpecentes, Delegacia da Mulher, Delegacia de Trânsito, Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos;
- ⇒ Serviço de Inteligência da Polícia Federal, Polícias Estaduais, Forças Armadas, Agências da Secretaria de Assuntos Estratégicos/PR;
- ⇒ Delegacias Especializadas do DPF: DELOPS, DPRE, DELEFAZ e DELEMAF.

c. Arquivos Cíveis: aqui visa detectar se o candidato habitualmente descumpre obrigações legítimas, mantidas em registros por empresas e comerciantes da área. As diligências são feitas nos seguintes órgãos:

- ⇒ Cartório de Protestos de Títulos;
- ⇒ Varas Cíveis;
- ⇒ Serviço de Proteção ao Crédito.

2º. INVESTIGAÇÃO NA VIZINHANÇA:

Esta etapa tem a pretensão de conseguir dados junto às pessoas que convivem ou conviveram com o candidato no seu dia-a-dia. Os vizinhos são tidos como fontes importantes, pois podem fornecer informações sobre suas relações emocionais, caráter, estados de humor e até mesmo sobre a índole. Os questionamentos a serem realizados, terão sempre o objetivo de ser identificadas características inerentes ao candidato, podendo ser abordados os seguintes aspectos entre outros:

a. Quanto aos hábitos sociais:

Se o candidato frequenta algum clube, instituição religiosa ou mesmo algum tipo de seita? Se participa de jogos de azar? Se possui algum vício, como de embriaguez ou usa alguma droga?

b. Quanto ao temperamento:

Se é tido como pessoa de reações normais? Se é agressivo ou nervoso? Se participou ou participa com frequência de brigas e confusões?

b. Quanto às companhias:

Quem são os companheiros e qual o conceito que se tem dos mesmos?

c. Quanto ao padrão de vida:

Se o seu padrão é compatível com suas possibilidades financeiras?

d. Quanto ao aspecto moral:

Qual o conceito moral que se tem do candidato? Se ele é honesto? Se demonstra desvios de ordem sexual? Qual o relacionamento que tem com os vizinhos?

No relatório individual do candidato, feito pelo investigador, deverá constar o nome do entrevistado, seu endereço e opinião a respeito do candidato.

3º. INVESTIGAÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO:

Inicialmente, verifica-se a veracidade das informações prestadas pelo candidato, quando do preenchimento da Ficha de Informações Confidenciais.

A entrevista nesta etapa visa o contato com as pessoas que conhecem ou conheceram o candidato no seu ambiente estudantil. Aqui se pode detectar fatos que caracterizem a personalidade, o caráter e inclusive situações relacionadas com o temperamento e hábito social, como o uso de drogas. Poderão ser avaliados os aspectos no que diz respeito à responsabilidade, disciplina e conceito moral. Como na etapa anterior, alguns dados das fontes serão indicados, como: o nome do estabelecimento, nome do entrevistado, cargo ou função e, opinião a respeito do candidato.

4º. INVESTIGAÇÃO NOS CLUBES RECREATIVOS:

Consiste na entrevista de dirigentes e pessoas que possam fornecer informações a respeito do candidato, nos clubes sociais freqüentados pelo mesmo, tendo como objetivos os mesmos dos tópicos anteriores, notadamente sobre o temperamento, conceito moral e social. Da mesma forma, deverá ser apontado o nome, cargo e endereço do entrevistado e do estabelecimento e, as opiniões a respeito do candidato.

5º. INVESTIGAÇÃO NOS LOCAIS DE TRABALHO:

Como citado no início deste capítulo, mesmo que o candidato pertença ao quadro de servidores do órgão, será realizada a sindicância junto ao seu superior hierárquico. As informações necessárias serão colhidas tanto no trabalho atual como nos anteriores.

Na oportunidade, o investigador tem a responsabilidade de colher subsídios importantes que dizem respeito à assiduidade, pontualidade, discrição e urbanidade. Outros fatores que merecem consideração, são também os relacionados à disciplina. Caso o investigador queira aprofundar seu trabalho, poderá saber sobre as reações do candidato quando do recebimento de ordens superiores. Se o mesmo exercia condição de liderança entre os colegas de trabalho? Se as atividades a ele delegadas, eram cumpridas com a satisfação esperada? Qual o relacionamento com os chefes e com os colegas? Há registro de participação em movimento trabalhista irregular?

Como anteriormente, verificar-se-á também a veracidade das informações prestadas pelo candidato na Ficha de Informações Confidenciais. E ainda, deverão constar o nome, o endereço e opiniões do entrevistado sobre o candidato.

CAPÍTULO 5

5. CONCLUSÃO

A sina de quase todas as organizações de Inteligência de Estados democráticos é a de sempre contar com a desconfiança da sociedade, embora empregue os melhores esforços de seus profissionais para garantir as liberdades democráticas, o desenvolvimento econômico e a paz social.

No Brasil, a divulgação da atividade de Inteligência vem acontecendo de forma lenta e gradativa, proporcionando à sociedade um entendimento e uma aproximação melhor com essa atividade.

Um projeto piloto denominado de *Programa Escola Conhecendo a ABIN* tem como objetivo apresentar às gerações o que é a ABIN e como ela trabalha visando a conscientizar e a valorizar a atividade de Inteligência junto aos jovens. É desenvolvido por meio de convites a alunos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas, os quais assistem a apresentações sobre a atividade de Inteligência e os programas desenvolvidos na instituição.

Recentemente, no Superior Tribunal de Justiça, foram proferidas duas palestras tratando do referido tema. A primeira, abordou assunto sobre “Inteligência e o Terrorismo em São Paulo”, enfatizando a necessidade do Estado em ter um serviço de Inteligência capaz de prevenir os atentados ocorridos no Estado de São Paulo.

A outra palestra teve como tema “Segurança da Informação: Inteligência e Contra-Inteligência” destacando a importância da participação de todos na efetivação da segurança dentro da instituição. Cita, ainda, a importância da segurança orgânica pessoal, que tem o objetivo de assegurar comportamentos adequados à salvaguarda de assuntos sigilosos.

Nota-se, portanto, que com essas iniciativas os organismos e instituições públicas ou privadas buscam criar uma efetiva mentalidade de segurança aos seus servidores mostrando a necessidade e a importância de protegerem a si mesmos e a própria instituição. E ao mesmo tempo aproxima-os do que realmente significa a palavra “Inteligência”.

Embora exista ainda para a maioria da sociedade a preocupação constante em relação à atividade de Inteligência, principalmente no que diz respeito a possíveis desvios que possam ocorrer e que venham a colidir com a democracia. Mas, quanto a isso, ficou demonstrado neste trabalho que existem mecanismos de forma que essas atividades se desenvolvam em um contexto de legalidade e em obediência irrestrita aos parâmetros de um Estado Democrático de Direito.

A Inteligência, além de ser apartidária, deve ter por princípios a neutralidade e o claro respeito às leis. O mandato estipulando as atribuições da atividade deve ser aprovado pela sociedade, por meio dos seus representantes no Legislativo, de forma a assegurar equilíbrio entre sigilo e transparência, oferecendo-se àqueles o papel fiscalizador, como visto no capítulo 3 deste trabalho.

No capítulo 4 fica claro a preocupação do autor em demonstrar a legitimidade, por meio de decreto-lei, instruções normativas, doutrinas e jurisprudências, e a necessidade do emprego de uma metodologia de Inteligência, chamada de Investigação Social, para coibir o ingresso de pessoas que porventura não apresentam um comportamento compatível com o cargo pretendido.

É nesse capítulo que encontra-se o escopo principal deste trabalho, onde o Poder Judiciário Federal apresenta carências quanto ao processo seletivo de pessoal para o ingresso em seus quadros, nos estágios oferecidos e na prestação de serviços. Quanto a isso, foi descrito nesse capítulo – caso STF - o quanto deve ser discutido e, como já vem sendo, por meio de seminários, encontros, apresentação de propostas por entidades de classe como a AGEPOLJUS, AJUFE, AMB, ANAMATRA entre outras. Todos em prol de um mesmo assunto – Segurança no Poder Judiciário.

Cabe ressaltar, que na implantação do novo Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário, a Segurança desse Poder vivencia um momento ímpar de sua história, retornando a nomenclatura Inspetor e Agente de Segurança Judiciária, e, talvez, em um futuro próximo, a criação de uma Polícia do Judiciário, uma polícia própria e independente, aos moldes da Polícia Legislativa, fazendo com que as Administrações deste Poder discutam e não meçam esforços para a real necessidade de implantação de um rigoroso e eficaz processo de seleção de pessoal como acontece hoje nos órgãos policiais de um modo geral.

E, ainda, quem sabe, inserir o Poder Judiciário no Sistema de Segurança Pública proporcionando parcerias com as demais instituições como Polícias Federal, Civil,

Rodoviária Federal, Legislativa, Militar, Detran, Abin e outros, consolidando, assim, a profissionalização da segurança em todos os tribunais deste país.

BIBLIOGRAFIA

1. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Página da internet.
2. ALMEIDA, João Ferreira de e PINTO, José Madureira. A Investigação Social nas Ciências Sociais. Lisboa: Presença, 1975. p. 95.
3. BRASIL. Instrução Normativa nº. 001/2004 – DGP/DPF, de 18 de março de 2004. Regulamenta normas de avaliação do procedimento irrepreensível e da idoneidade moral inatacável dos candidatos nos processos seletivos instituídos pelo Departamento de Polícia Federal e dá outras providências.
4. _____. Instrução Normativa nº. 23/2003, de 14 de outubro de 2003 - Anexo. Defini o roteiro e procedimentos a serem adotados na condução da investigação social dos candidatos do concurso público para ingresso na carreira de Policial Rodoviário Federal, disciplinando a avaliação do procedimento irrepreensível e de idoneidade moral inatacável.
5. _____. Decreto-Lei nº. 2320/87, de 20 de janeiro de 1987. Dispõe sobre o ingresso nas categorias Funcionais da Carreira Policial Federal, e dá outras providências.
6. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1998.
7. EMÍLIO, Luís Antônio Bitencourt. O Poder Legislativo e os Serviços Secretos no Brasil 1964/1990. Brasília, 1992.
8. HIRANO, Sedi. Pesquisa Social – Projeto e Planejamento. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979. p. 78-79.
9. OLIVEIRA, Lúcio Sérgio Porto. A História da Atividade de Inteligência no Brasil. Brasília. ABIN, 1999.
10. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Desafios para a Atividade de Inteligência no Século XXI. Brasília, 2004.

11. _____. Revista Brasileira de Inteligência. Vol. 1, n. 1. Brasília. ABIN, 2005.
12. _____. Caderno de Estudo Autônomo: estudando a ABIN. Brasília. ABIN, 2005.
13. SENADO FEDERAL. Legislação. Página da Internet.
14. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Jurisprudência. Página da Internet.